

Como é possível continuar escrevendo História Política?

René E. Gertz*

Resumo: Destacam-se aqui alguns aspectos do embate historiográfico entre a “Ciência Social Histórica” alemã e a [Nova] História Cultural. Num segundo momento, são apresentados alguns exemplos concretos de possibilidade de pesquisa em história política nos quais os posicionamentos da “Ciência Social Histórica” podem ser úteis.

Palavras-chave: Ciência Social Histórica - Nova História Cultural - História Política.

A erudição nos protege de descobertas inéditas.

Hermann Heimpel (citado por Hans-Ulrich Wehler).

Convidado a trazer uma pequena contribuição que representasse a linha de pesquisa “Relações de poder político-institucionais” do Programa de Pós-Graduação em História, neste número

* Professor do Departamento de História da UFRGS. Professor-colaborador do Programa de Pós-Graduação em História da UFRGS. Professor do Departamento de História da PUCRS.

comemorativo de *Anos 90*, prontifiquei-me a reescrever um breve artigo publicado em 1999 sob o título “História política”. Trata-se, efetivamente, de reescrever esse artigo, pois não serão apresentadas muitas idéias novas, que não tenham sido arroladas ali – em alguns trechos inclusive acontecerão transcrições daquele texto. A justificativa para reescrevê-lo está na existência de algumas falhas, sobretudo lingüísticas, que tentarei corrigir agora (Gertz, 1999). O pequeno *plus* que se apresenta consiste na tentativa – ao final do texto – de apontar para algumas poucas situações, dentro da minha própria atividade de pesquisa, nas quais – penso – as considerações aqui desenvolvidas podem ter alguma utilidade.

Por ter estudado na Alemanha e por possuir algum domínio da língua alemã – e ainda, por não saber francês –, fui influenciado mais pela historiografia alemã do que por qualquer outra. E, dentro da historiografia alemã, a influência maior veio da tendência autodenominada “Ciência Social Histórica”, que está representada, institucionalmente, na revista *Geschichte und Gesellschaft* (História e Sociedade) publicada desde 1975.¹ Minha exposição tentará reproduzir algumas idéias centrais dessa escola que contribuíram para a definição de minha compreensão de História Política.

Os próprios historiadores alemães têm plena consciência de que, sob vários aspectos, estão atrasados no atual debate historiográfico internacional² – sobretudo em relação à [Nova] História Cultural –, mas também apontam para o fato de que muitas supostas descobertas inéditas ou campos apresentados como inovadores na historiografia da segunda metade do século XX, em alguns países ocidentais, já estiveram presentes em debates anteriores, e muitos deles podem ser conferidos nos textos clássicos das Ciências Sociais, cuja atualidade continuaria relativamente intacta (Wehler, 2001, p. 63 e ss). Assim, para exemplificar, a *Revista do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas* da Universidade Federal do Rio Grande do Sul publicou, alguns anos atrás, um artigo de Volker Sellin em que ele ironizava, de alguma forma, a História

das Mentalidades francesa, destacando que um alemão falecido em 1920 havia escrito – já no início do século – um famoso livro sobre o *espírito* do capitalismo, com que, evidentemente, intentara definir um tipo de *mentalidade* – *não de idéias* – que teria favorecido a cristalização do capitalismo *moderno* (Sellin, 1990, p. 45).

Duas características que acompanharam a História Política desde sempre foram, uma vez, a reivindicação de ser a “História Geral”, a mais abrangente, a mais importante – por assim dizer, *a História* –, outra vez, sua natural atenção centrada no Estado.

Quanto à primeira característica, isso significa uma hierarquização das Histórias, na qual a História Política está no topo e todas as demais se lhe subordinam. Isso tem a ver com o fato de que a escrita da História está, tradicionalmente, relacionada com povos. E povos tentam escrever sua história para definir e delimitar sua identidade, direcionando, normalmente, essa escrita à formação e ao desenvolvimento do Estado que os acabou congregando. Povos que não atingiram o “estágio” de congregação em um Estado costumam aparecer como problema, podem vir a ser considerados povos “a-históricos”.

Na era moderna, no absolutismo, o Estado era tudo, e mesmo quando o absolutismo começou a ser substituído por sistemas mais liberais e democráticos, a idéia dominante não foi a de que o Estado deveria desaparecer em favor do autogoverno da Sociedade, mas apenas que o Estado deveria ser controlado por “representantes” da Sociedade, mantendo-se, de alguma forma, um certo estatocentrismo. Mesmo na crítica ao caráter burguês desse Estado, por não representar o conjunto da Sociedade, mas apenas uma parcela, a proposta alternativa não pleiteou sua abolição, antes seu fortalecimento, ainda que temporário, para servir, agora, a uma “boa causa” (Sellin, 1995, p. 177). O destaque dado ao Estado como objeto central da investigação histórica chegou a tal ponto que a historiografia assumiu como normal e corriqueira a

Como é possível continuar escrevendo História Política?

referência ao “Estado feudal”, uma entidade que, a rigor, tem pouco a ver com a concepção e a realidade do Estado moderno.

Críticas posteriores à Segunda Guerra Mundial em relação a certo exagero na fixação do Estado como objeto central e único da História Política colocaram em dúvida a condição de variável independente que ele assume nesse tipo de historiografia, no sentido de que tudo parece derivar dele, sem que ele – via de regra – necessitasse de uma explicação. Em contrapartida, sugeriu-se que, em lugar do Estado, a Sociedade deveria assumir o posto de variável independente, da qual derivaria o restante – inclusive o Estado. Os argumentos foram variados. O Estado é uma abstração que só ganha concretude através dos seres humanos que o constituem, seja como políticos, seja como técnicos, como burocratas. Nesse sentido, o conteúdo do Estado seria determinado pela Sociedade que ele abrange. No mundo polarizado do pós-guerra, historiadores marxistas destacavam que o Estado capitalista é, por um lado, apenas um epifenômeno de algo mais profundo e essencial, a Sociedade; e, por outro, ele – ao contrário de sua autodefinição clássica – não representa o interesse geral, mas apenas os setores dominantes dessa Sociedade. No campo liberal, a postulação de que a presença e as dimensões do Estado deveriam ser cada vez mais reduzidas também contribuiu para uma valorização da Sociedade. E tudo isso fortaleceu a História Social.

A historiografia alemã cuidou, porém, para evitar uma oposição, ou até uma exclusão recíproca, entre História Social e História Política. Argumentou que os clássicos – desde os velhos gregos – sempre enxergaram alguma forma de influência recíproca, um caminhar lado a lado, entre as duas instâncias, e que a intensidade da dominação vinda da Sociedade e a dominação vinda do Estado podem variar no decorrer do tempo e do espaço. Da mesma forma, na análise de situações históricas concretas, os interesses que orientam o pesquisador podem fazer com que seja projetada mais luz sobre a perspectiva que valoriza a Sociedade

frente ao Estado e vice-versa. Assim, seria legítimo, por exemplo, concentrar a atenção sobre os efeitos destrutivos que o Estado nazista teve sobre a Sociedade alemã – situação que favoreceria o argumento da supremacia daquele em relação a esta –, mas também seria totalmente legítimo analisar a constituição do Estado nazista a partir da configuração da Sociedade alemã de seu tempo, como resultado de uma correlação de forças sociais e de interesses – situação que constituiria argumento em favor da Sociedade como variável independente e do Estado como variável dependente.³

Dessa forma, mesmo que também na historiografia alemã a expressão História Social ganhasse cada vez mais espaço, deve-se destacar que isso não significou o abandono do viés político ou do Estado e de suas instituições como objetos privilegiados de investigação. Isso talvez possa ser clareado com uma referência às supostas diferenças e aos supostos distanciamentos entre a historiografia alemã da segunda metade do século XX e a historiografia francesa da assim chamada Escola dos *Annales*. A História Social francesa teria privilegiado a longa duração e objetos localizados, cronologicamente, numa distância maior em relação ao presente, concentrando sua atenção na dinâmica de transformação relativamente lenta da Sociedade, com permanências ao longo do tempo, numa certa independência em relação ao Estado; enquanto isso, a História Social alemã teria dedicado maior atenção ao processo mais recente de industrialização e de suas conseqüências, que, no geral, denotariam uma maior dinâmica, com mudanças mais intensas e com maior presença estatal (Kaelble, 1987). Mesmo que isso tenha levado George Iggers a destacar que a citada orientação da historiografia francesa fez com que ela privilegiasse as estruturas mais fixas e permanentes que caracterizam a Sociedade francesa, contra as estruturas mais cambiantes que caracterizam o Estado e a política na implantação e no desenvolvimento do processo de industrialização e modernização da Alemanha, típicas da “Ciência Social Histórica” (Iggers,

Como é possível continuar escrevendo História Política?

1993, p. 59). Hartmut Kaelble acredita que as diferenças não são tão profundas e, sobretudo, não representam, de forma alguma, paradigmas mutuamente excludentes de escrever História – ambas são História Social, e ambas não descuidam da política e do Estado, ainda que a ênfase seja diferente (Kaelble, 1987).

Os historiadores alemães que se identificam com a História Social autodenominada “Ciência Social Histórica” partem de uma série de pressupostos, alguns implícitos outros explícitos, que convém resumir. Um desses pressupostos é o de que tanto o historiador quanto o objeto histórico a que ele se dedica são racionais ou se comportam dentro de uma racionalidade objetivamente apreensível.

Para o historiador, isso significa que sua ação obedece a uma racionalidade material e formal, teórica, metodológica, enfim, que seus atos, sua pesquisa, sua forma de escrever, obedecem a critérios e a formas que permitem a outro historiador seguir sua lógica, a percorrer o mesmo caminho, para confirmar ou refutar o resultado. Isso significa também que a pesquisa histórica permite uma aproximação da “essência” do objeto pesquisado. Essa palavra está colocada entre aspas para sinalizar que não se trata de indicar que não se discuta sobre os limites de o historiador atingir a “verdade em última instância”. Se não houvesse outros motivos para um historiador, e isso é impossível, em termos absolutos, a partir da constatação elementar de que a documentação sobre o passado é fragmentária. Mas, além disso, o historiador não tem acesso ao destino último do mundo. Já que Max Weber costuma ser apresentado como o patrono dessa linha historiográfica, convém lembrar que ele pensava que o devir do mundo é um “caudal caótico que rola através do tempo” (ainda que em seu pensamento antinômico se referisse também a tendências gerais em direção à racionalização e à burocratização do mundo, por exemplo).⁴

Isso significa também que o objeto a que o historiador se dedica possui uma racionalidade. Ela pode estar na estabilidade,

no seu caráter não-errático, que hoje está aqui, amanhã em lugar totalmente diferente, e pode estar na mudança, sim, mas na mudança racional, cujo caminho é apreensível, ao menos *a posteriori*. Disso resultam as duas tendências historiográficas já assinaladas: aquela que destaca com maior ênfase as permanências e as *estruturas*, e aquela que se preocupa mais com as mudanças e os *processos*.

Outro pressuposto de uma tal forma de analisar e escrever a História é a crença em algum tipo de teleologia. Mais uma vez, o recurso a Max Weber é recomendável para esclarecer o que isso significa e o que não significa. Mesmo que em sua forma de pensar antinômica possam ser encontrados momentos em que ele, por assim dizer, titubeia, não há dúvida quanto à sua resistência incisiva em formular uma Filosofia da História, uma confiança ou até certeza sobre o destino último do mundo.⁵ Quando ele refere-se às tendências em direção ao processo de racionalização, por exemplo, sempre destaca que esse é um processo tipicamente ocidental, e sua fé na liderança carismática sinaliza justamente a expectativa de que esse processo não seja inevitável e infinito. Mesmo com meu conhecimento muito limitado sobre o marxismo, costumo brincar com meus colegas marxistas perguntando se a famosa observação de Engels de que a vinda do socialismo é tão certa quanto o fato de que a Terra um dia despencará no Sol é otimista ou pessimista? Com isso quero dizer que mesmo numa visão tão teleológica quanto a de certo marxismo, a idéia de que o mundo caminha inexoravelmente em determinada direção (para o socialismo) refere-se a um espaço temporal finito do devir deste mundo (porque, depois, vem a hecatombe). Talvez a referência de Thomas Merton a vários níveis ou alcances de teorias possa nos ajudar, nesse contexto.

O importante é que a História Social não abre mão da idéia de que a realidade histórica caminha em uma determinada direção – ao menos em certa etapa de seu devir. Só assim ela é apreensível. Às vezes, essa visão pode implicar num certo otimismo, por um



lado, e, por outro, numa possível convicção de que um determinado momento do passado contém germens daquilo que acontecerá mais adiante, já que a História assim concebida só pode ser estudada e apreendida mediante o pressuposto de que possui algum tipo de continuidade. Isso tudo pode refletir certa forma ocidental de pensar, e representar algum tipo de adesão ou beneplácito em relação ao desenvolvimento ocidental, não só como processo objetivamente acontecido, mas também como processo eticamente desejável. Neste último sentido, lembro que o historiador social Jürgen Kocka escreveu um artigo intitulado “Por favor, não a uma nova via peculiar! Qualquer parcela de desocidentalização representaria um preço exagerado para a unidade alemã”, algum tempo depois da queda do muro (1990), implorando para que a Alemanha reunificada não optasse mais uma vez por uma “via peculiar” (um *Sonderweg*), como teria acontecido após a unificação bismarckiana, e optasse, sem qualquer titubeio, pela integração cada vez mais profunda com o Ocidente (Kocka, 2001, p. 68-77).

Um último aspecto a ser referido neste arrolamento de alguns pressupostos da História Social alemã – especificamente aquela que se apresenta como “Ciência Social Histórica” – é o de que dentro das estruturas ou dos processos históricos há elementos centrais e elementos periféricos. Isso significa que existem objetos mais importantes, objetos nobres, e objetos menos importantes, secundários; que há vencedores e perdedores no processo histórico, que a exaltação da “contemporaneidade do não-contemporâneo” não é característica dessa linha historiográfica. Marx disse-nos que aquilo que interessa no estudo do mundo capitalista, de fato, são o desenvolvimento das forças produtivas, as relações de produção, a luta de classes – o restante são epifenômenos, de valor relativo. Weber não discordou dele de forma radical, mas acrescentou que o “espírito” religioso que domina o cotidiano das pessoas pode ser tão importante quanto os fatores apontados por Marx. Weber, porém, não pensava que o “espírito” religioso expresso no

tipo de pingente com motivos religiosos que as adolescentes costumam usar no pescoço tivesse alguma importância maior para a análise histórica – a não ser, excepcionalmente, em meio a uma guerra religiosa, quando o uso de uma Hilal, uma “lua crescente”, em meio a uma população que só usa a Estrela de Davi, ou vice-versa, pode significar a alternativa entre a vida e a morte.

Como foi destacado, essa visão da História Social alemã e as práticas decorrentes só foram atingidas pelas críticas da assim chamada [Nova] História Cultural em um momento relativamente tardio, numa comparação com o restante das principais historiografias ocidentais. Entre as ponderações e as críticas pelas quais os historiadores sociais alemães se sentiram atingidos estão as seguintes.

A [Nova] História Cultural constitui, de fato, uma proposta nova, pois a tradição historiográfica alemã caracteriza-se pela intensa dedicação à Cultura como objeto de pesquisa e análise. E, assim, aquilo que a nova tendência propõe não deve ser confundido com uma possível “Nova História da Cultura”. Música, teatro, artes plásticas, cinema, idéias, etc. foram abordados com muita frequência pela historiografia alemã e continuam sendo (Dülmen, 1995). Mas aquilo que se costumava fazer nesse campo eram, muitas vezes, análises sociológicas, políticas ou econômicas dos fenômenos ou das práticas culturais, do que resultava, por exemplo, uma “História Social da Cultura”. Aquilo que a [Nova] História Cultural, porém, propõe seria totalmente diferente, algo como uma “História da Cultura do Social” (Kittsteiner, 1997, p. 19).

Antes de prosseguir, é necessário inserir aqui um parênteses. Os colchetes colocados em torno da palavra “Nova” pretendem sinalizar que os historiadores sociais alemães praticamente não utilizam a expressão “Nova História Cultural” no sentido em que ela está popularizada no Brasil. Quando colocam o adjetivo “nova”, o grafam em letra minúscula, até entre aspas, para sinalizar que se trata de uma História Cultural diferente daquela tradicionalmente praticada na Alemanha, mas os limites daquilo que eles criticam

Como é possível continuar escrevendo História Política?

vai bastante além daquilo que nós conhecemos por NHC. Alguns dos historiadores por nós classificados nessa categoria, porém, são reconhecidos e valorizados pelos alemães. Infelizmente, não há espaço para apresentar detalhes a respeito.

Nessa concepção de História Cultural, a centralidade de Estado e/ou Sociedade, como objetos fundamentais de abordagem da História, seria rechaçada em favor de Cultura. Estado e Sociedade seriam elementos geográfica e cronologicamente limitados, pois, em última instância, característicos da sociedade urbano-industrial do ocidente, com todos os seus defeitos e todas as suas limitações. Cultura seria uma característica inerente à espécie humana, não condicionada pelo tempo nem pelo espaço. Cultura seria, por assim dizer, o estado natural do ser humano, em todos os tempos, sem condicionamentos estruturais ou conjunturais (Mergel, 1996).

Daí derivam algumas características presentes na forma de encarar e de escrever a História. Se os clássicos das Ciências Sociais privilegiavam um coletivo de seres humanos como objeto de sua análise (a “classe” em Marx, o “fato social” em Durkheim, por exemplo), a [Nova] História Cultural centra sua atenção no indivíduo – e não se trata de um recurso à visão de Weber, que sugere que as ações sociais coletivas podem ser explicadas pela mesma lógica da ação de um indivíduo, o assim chamado individualismo metodológico. Com isso, resgata-se justamente a ação individual frente às imposições das estruturas. Não há dúvida de que esse ponto constitui um dos atrativos dessa nova concepção, pois aqui acontece um resgate do voluntarismo. Se nas concepções criticadas o indivíduo era visto como exprimido e oprimido pelas estruturas e pelos processos frente aos quais, muitas vezes, não tinha como se defender, de forma eficaz, ou se em algumas concepções o próprio quietismo poderia ser incentivado com a convicção de que o processo histórico levaria, menos dia mais dia, a um lugar sabido, a [Nova] História Cultural traz implícita, em

sua proposta, a convicção de que o ser humano deve ser valorizado em suas ações subjetivas. Na História Social, os homens seriam transformados em ratos de laboratório, expostos e esmagados pelas circunstâncias, pelas estruturas e pelos processos, pela fé no progresso, pela consolação de que esse é o preço que se paga (pela globalização, por exemplo), ou, ainda, que o governante não podia agir de forma autônoma e soberana, ainda que concordasse com o caráter parcial ou totalmente injusto de suas decisões (o que acontece, por exemplo, quando sua “ética da convicção” lhe diz uma coisa, mas ele se vê compelido a recorrer à “ética da responsabilidade” para justificar seus atos efetivos em outra direção).

Isso traz conseqüências importantes para a escrita da História. Se na História Social partia-se da racionalidade daquele que escreve e da racionalidade do próprio objeto, aqui ambas são relegadas a segundo plano. Tanto a subjetividade do historiador quanto a subjetividade do objeto são glorificadas – com que se abre espaço a certa irracionalidade. Ao contrário daquilo que era prognosticado por Weber – o “desencantamento” progressivo e inevitável, ao menos do mundo ocidental –, antevê-se e propugna-se aqui por um “reencantamento” do mundo. Os conflitos decorrentes da inserção dos seres humanos em estruturas e o desenrolar desse processo, um tema central da História Social, passam a ser vistos agora muito mais como confrontos entre representações. Representações podem até apresentar certa estruturação, mas a própria instabilidade do “eu” pode levar a mudanças bruscas e ilógicas. Um exemplo citado nesse contexto – e com o qual os historiadores sociais admitem dificuldades para lidar – é o de uma conversão religiosa. Como já foi referido, a História Social não dá maior importância à “contemporaneidade do não-contemporâneo”, pois o “não-contemporâneo” é um resíduo de um mundo que afundou, que não deu certo, aquilo que ainda sobrevive, mas está superado. Para a [Nova] História Cultural, essa conjecturação não existe, pois não há objetos residuais, marginais. Assim, entre

Como é possível continuar escrevendo História Política?

muitos outros, dois objetos ganharam destaque: sociedades não ocidentais e grupos marginais dentro das sociedades ocidentais, como a simbolizar que o ocidente não é o único caminho.⁶

Frente a uma [Nova] História Cultural assim entendida, a maioria dos historiadores sociais alemães reagiu com vários argumentos. Um primeiro argumento é o de que se estaria diante do abandono de uma concepção de Ciência que não pode ser abandonada. A Ciência ocidental foi construída através de um processo lento e penoso em direção a uma racionalização cada vez maior, e é irresponsável querer abandonar tudo isso, para abrir as portas a uma nova alquimia. Um segundo argumento é o de que os condicionamentos socioeconômicos sobre o ser humano, incluindo sua cultura, não podem ser negados. No mínimo, para agir “culturalmente” o homem é influenciado pelas suas condições materiais, como as de alimentação, e pela sua inserção social, política, educacional, etc. Terceiro, os símbolos – aos quais é dado grande destaque na [Nova] História Cultural – não se esgotam em si mesmos, eles justamente *simbolizam algo*, e esse algo, em geral, é bem material: o poder, a riqueza, a dominação, etc., fornecendo, sim, dados objetivos sobre o respectivo grupo social, político, étnico, religioso, de gênero, em análise.

Em quarto lugar, do ponto de vista metodológico, a aproximação aos “textos” do passado que o historiador dessa linha historiográfica deve “ler” não pode ocorrer sem uma contextualização dentro da qual eles foram produzidos. Quinto, o pessimismo cultural com que é encarado o contexto do mundo ocidental – a modernidade ocidental –, no qual ele se insere e do qual é produto típico a [Nova] História Cultural, foi, no passado, o contexto em que floresceu o totalitarismo. Se é verdade que a *Sociedade* e o *Estado* que caracterizam a modernidade tendem a universalizar-se, muitas vezes, de forma imperialista, para fora, a *Cultura* aparenta ser, internamente, integradora, mas isso significa, justamente, que ela é delimitadora para fora, excludente. E isso

costuma levar à instigação ao conflito contra quem está supostamente do lado de fora, o que produz o fundamentalismo, a negação da convivência racional dos diferentes, a incompatibilidade entre “culturas”. Não encontrei nenhuma afirmação entre os historiadores sociais alemães que o diga de forma explícita, mas possivelmente eles argumentariam que o imperialismo *pode ser* relativamente tolerante, enquanto o fundamentalismo é *necessariamente* intolerante.

Sexto, a [Nova] História Cultural dá enorme destaque à compreensão do objeto a partir dele mesmo, sem a aplicação de valores ou pressupostos externos, supostamente universais. Vários historiadores sociais alemães chamam a atenção para o fato de que, nesse sentido, se aceita “compreensivelmente” (em sentido lato) os atos de um sacerdote de uma sociedade que realiza sacrifícios humanos (no Brasil, o exemplo mais corriqueiro é o do antropófago, que, ao deglutir seu adversário, o faria sem qualquer maldade em mente, antes, estaria homenageando a bravura do sacrificado). Segundo esses historiadores, o *procedimento mental* que está por trás desse tipo de “compreensão”, porém, não possui nenhum empecilho, nenhuma trava, para não “compreender” – ali adiante – o comandante de um campo de concentração nazista, já que a [Nova] História Cultural não admitiria parâmetros externos, universais para avaliar qualquer manifestação “cultural”. Paralelo à tolerância trazida pela modernidade, ela também nos trouxe a convicção de que existem coisas que não existem, ou melhor: que não *podem* nem *devem* existir!

Talvez caiba aqui mais um parênteses, para lembrar um aspecto apresentado por um dos mais ferrenhos críticos alemães daquilo que ele considera como [Nova] História Cultural, Hans-Ulrich Wehler. Trata-se do apolitismo. Wehler lembra que os historiadores alemães dessa orientação, críticos da “Ciência Social Histórica”, não se manifestaram em nenhuma das grandes disputas públicas que caracterizam a historiografia alemã, no mínimo,

desde o *Lamprechtstreit*, lá no final do século XIX. Segundo ele, nas várias discussões dos últimos anos, em que, às vezes, estava em jogo o próprio destino da sociedade alemã, nenhum membro da “nova” escola historiográfica teve qualquer participação. Cita, entre outros casos, a discussão em torno da interpretação algo “compreensiva” do historiador Ernst Nolte em relação ao nazismo. Talvez os próprios “novos” historiadores não participassem porque, no fundo, tendem a “compreender” os nazistas (Wehler, 2001).

Fechando o parêntese, cabe destacar, em sétimo lugar, a crítica dos historiadores sociais de que não é possível negar as conquistas da modernidade. O processo de libertação do homem – parcial e limitado, sim – não é puro discurso, mas sim realidade, e constitui uma irresponsabilidade querer negar as conquistas nesse sentido.

Na mesma linha – em oitavo lugar –, são problemáticas as investidas contra qualquer teleologia. Se a teleologia da modernidade ocidental prometia um mundo que não foi atingido, e mesmo que Goya tenha pretendido dizer que o *sonho* (e não o sono) da razão produz monstros, não é menos verdade que certa ojeriza à modernidade propalada pelos historiadores da [Nova] História Cultural traz implícita a utopia de uma outra “boa sociedade”, indefinida, e por isso mais “utópica”, e perigosa, que as utopias modernas.⁷

Desafiados pela [Nova] História Cultural, os historiadores sociais alemães cederam, porém, em alguma medida, mesmo que rechassem de forma categórica a suposta incompatibilidade entre Estado/Sociedade, de um lado, e Cultura, de outro. Apesar da tradicional tematização relativamente intensa de assuntos culturais, como arte, literatura, ciência, admite-se que a “Ciência Social Histórica” talvez tenha dado, no início, pouca importância à variável cultural em suas análises, esquecendo, nesse sentido, inclusive a tradição de alguns dos seus patronos – Weber à frente de todos –, e, por isso, passaram, mais recentemente, a propor uma “História

Social Ampliada” (Daniel, 1993; Sieder, 1994; Kaschuba, 1995; Oexle, 1996). Numa revisão dos clássicos das Ciências Sociais do início do século XX, redescobriu-se que, para muitos deles, Cultura tinha sido um elemento-chave de análise (Oexle, 1996, p. 15). Trata-se, basicamente, de Max Weber e de seus contemporâneos (Mommsen e Schwenktner, 1988).

Na verdade, lá na década de 1970, a então auto-avaliada nova História Social tinha recorrido a Weber, mas, sobretudo, ao Weber preocupado com o Estado, a Sociedade, a Economia, o Weber do processo de racionalização. Agora, redescobre-se o Weber que ao falar daquilo que conhecemos como Ciências Sociais costumava utilizar a expressão “Ciências da Cultura” (Mergel, 1996, p. 50). Otto Gerhard Oexle diz que, para Weber, Cultura não é “aquele ‘resto’ que sobra após uma análise de ‘dominação’ e ‘economia’. ‘Cultura’ é antes o todo, a ‘totalidade’, isto é, o conjunto daquilo que tem origem no homem em todos os setores de sua vida, aquilo que é sempre de novo transformado e reinterpretado, entendido e mal-entendido, apropriado e recusado”. “O reconhecimento de Weber de que o ‘sentido’ subjetivamente atribuído é um fator constitutivo para o surgimento de realidades sociais, corresponde, simultaneamente, ao reconhecimento fundamental de Émile Durkheim de que a realidade ‘pensada’ não é menos ‘verdadeira’ que a ‘real’” (Oexle, 1996, p. 25). Friedrich Jaeger, por sua vez, escreveu, em 1992, que as concepções de Weber podem ajudar para que a “História Social e a [Nova] História Cultural não precisassem mais ser entendidas como antípodas dentro da prática da pesquisa historiográfica, mas, em vez disso, pudessem ser abrigadas sob o teto de uma única concepção teórica da pesquisa histórica” (Jaeger, 1992, p. 393). Antes disso, Hans-Ulrich Wehler, um dos fundadores da “Ciência Social Histórica”, afirmou que só uma visão integrada sobre estrutura social, mais a configuração política e mais uma determinada configuração cultural (a ética protestante) conseguem explicar de forma satisfatória a

emergência do capitalismo *moderno* (Wehler, 1986, p. 40). E Jürgen Kocka, criticando de forma veemente um certo “culturalismo aéreo”, propôs, no início da década de 1990, como alternativa, uma “História Social Política”, que “dará maior importância à dimensão cultural, ao saber cultural e social, às formas de vida e às interpretações dos homens como momentos que condicionam e influenciam a política e, de maneira geral, abrirá maior espaço para a história das vivências e expectativas” (Kocka, 1994, p. 35).

A idéia de uma “História Social Ampliada” ou de uma “História Social Política”, porém, não cede àquilo que são consideradas reivindicações básicas da [Nova] História Cultural. A adesão ao paradigma desta linha historiográfica é inegociável para os historiadores sociais. Talvez por ter sido apresentado originalmente como uma palestra e não ser um sóbrio texto de gabinete, o livro de Wehler intitulado *Pensamento histórico no final do século XX*, publicado num passado não muito distante (2001), constitui uma catilinária raivosa contra a [Nova] História Cultural e mostra o posicionamento inflexível de um dos mais destacados historiadores sociais alemães. Otto Gerhard Oexle já havia definido as balizas intransponíveis num artigo de 1996: a “História Social Ampliada” pretende ficar onde sempre esteve e não aceita o desafio de ter de decidir entre os extremos que pensam que as únicas alternativas são a tentativa de desvendar “aquilo que realmente aconteceu” e aqueles que afirmam que “a História não é nada mais que um texto” (Oexle, 1996, p. 36).

O volume de bibliografia arrolada no final deste artigo sugere que a discussão deve ser mais ampla do que meu pequeno resumo possa fazer crer. Imagino também que muitos leitores dirão que essas questões foram debatidas e resolvidas pela historiografia de outros países na década de 1980, enquanto na Alemanha elas só aparecem com maior intensidade nos anos 1990. Mas, se Hans-Ulrich Wehler e sua citada palestra podem ser considerados

representativos, o calor dos debates, na Alemanha, continua intenso no início do século XXI (Wehler, 2001, p. 61 e ss).

Meu objetivo não era entrar em detalhes dessa discussão – assim, por exemplo, foram propositalmente omitidas referências ao debate em torno da *civic/political culture*, desencadeado nos anos 1970 a partir da obra de Gabriel Almond e Sidney Verba (Lipp, 1997, p. 82 e ss; Mergel, 2003, p. 24 e ss), além de vários outros aspectos. Tentei resumir aqueles pontos que despertaram minha atenção na leitura dos debates entre os historiadores sociais alemães.

Dito isso, quero referir algumas poucas situações nas quais as observações dos historiadores sociais alemães podem ter tido alguma utilidade em meus próprios trabalhos dedicados a temas de história política e podem ter ajudado a descortinar perspectivas um pouco diferentes das usuais.

Uma das minhas linhas de pesquisa volta-se para a história política das regiões de colonização alemã no Rio Grande do Sul. Há um grande número de trabalhos de boa qualidade escritos dentro de parâmetros tradicionais de história social e história econômica sobre essas regiões, mas a história política permanece, até hoje, mais ou menos relegada àquilo que o senso comum divulgou a respeito. Infelizmente, muitas vezes, historiadores profissionais têm se apropriado, de forma totalmente acrítica, do discurso e das opiniões do senso comum. Além disso, quando um historiador profissional dedica-se ao tema, centra sua atenção basicamente no período dos anos 1930/1940, sobre germanismo, nazismo e integralismo, do que, em geral, resulta um quadro mais ou menos sombrio, com destaque para a presença de preconceitos, do autoritarismo ou até do totalitarismo – visão que acaba se espraiando, como se fosse um destino inevitável, para outros períodos históricos. Há muitos anos, comecei estudando esse mesmo tema de forma totalmente tradicional, com análises clássicas de resultados eleitorais, partidos políticos, discursos, estrutura social,

Como é possível continuar escrevendo História Política?

contexto econômico, etc. Descobri que a historiografia existente simplificava a situação e que tudo era um pouco mais complexo e diferente. Incentivado por alguns resultados distintos daqueles do senso comum sobre esse período, acabei estudando outros momentos, recorrendo a algumas inspirações sugeridas pela “História Social Ampliada” ou pela “História Social Política”. Por isso, para finalizar, apresento alguns exemplos que pretendem ilustrar as possibilidades abertas pelas considerações sobre a historiografia alemã.

Cerca de 50 quilômetros ao norte de Porto Alegre, Capital do Rio Grande do Sul, no início da serra, encontra-se o pequeno município de Ivoti. Ali tudo é muito simples, as pessoas podem dar sinais de estranheza frente a uma visita desconhecida, traços culturais da origem alemã de uma parte da população – como a língua – ainda estão presentes, e quando se fala português, ele pode caracterizar-se por certo sotaque. Para o senso comum, há cem anos atrás, evidentemente, deve ter sido muito “pior”. Os anais de Ivoti, porém, registram um episódio político interessante. Estava em andamento a campanha eleitoral de 1907 ao governo do estado. O candidato governista era Carlos Barbosa e o candidato oposicionista, Fernando Abbott.⁸ Ao chegar a Ivoti (que, na época, se chamava Bom Jardim), na tentativa de conquistar votos, Abbott recebeu a visita de um emissário do chefe local do partido governista, Jacob Knierim, convidando-o para o almoço daquele dia. No dia seguinte, os jornais de São Leopoldo e de Porto Alegre mancharam que Knierim havia aderido à oposição. Em resposta, a 12 de novembro de 1907, Knierim publicou um “a pedido” no jornal *A Federação*, do Partido Republicano Rio-grandense, no qual comunicava que não aderira à oposição coisa alguma! Disse que não estranhava a reação dos jornais, pois sabia ser prática corriqueira no Rio Grande do Sul que políticos de oposição sejam recebidos à bala quando chegam a alguma localidade. Lembrou, porém, que isso é lamentável e que, apesar da sua aparente

singeleza, Ivoti era uma localidade politicamente avançada, onde os políticos sentam à mesa para comer com os oposicionistas, a fim de saber das críticas que são feitas à sua administração, para tentar consertar os eventuais erros apontados.

Claro, alguém poderia dizer que isso foi pura demagogia, ainda que, eventualmente, falada em alemão! Mas talvez não tenha sido só demagogia! Cem anos depois, em 2004, corria a campanha eleitoral para a Prefeitura de Ivoti. Desta vez, o fato merecedor de registro não foi a visita de um oposicionista, mas o lançamento só de mulheres ao cargo de prefeita – três ao todo. Isso pareceu suspeito à imprensa supostamente iluminista da Capital, e o jornal *Zero Hora* mandou um repórter averiguar o que estava acontecendo. Talvez suspeitasse de alguma interferência da situação política na Alemanha, onde Angela Merkel já despontava como desafiante do chanceler Gerhard Schröder. Quem sabe, alguma conexão brasileira da luta pelo poder naquele país envolvendo uma mulher?

O resultado da visita do repórter a Ivoti foi relatado na edição de 19 de julho de 2004. Interessante é a leitura das falas das pessoas entrevistadas, entre as quais se destacou um cidadão negro. Ao contrário daquilo que o repórter possivelmente esperava, ninguém tematizou o ineditismo das candidaturas exclusivamente femininas. Os entrevistados fizeram análises a partir de variáveis universais para explicar o quadro sucessório local – constelação partidária estadual e local, acordos feitos na eleição anterior, traições pessoais e partidárias durante a gestão em fim de mandato, e outras considerações do gênero. Ninguém se lembrou de fazer referência a um possível resultado de uma luta feminista. O contraste com a Capital é gritante. Aqui, conjecturações e intensas lutas feministas conseguiram elevar ao menos *uma* mulher à condição de candidata ao cargo de *vice-prefeita*. Em Ivoti, ninguém pensou em levantar bandeiras feministas – e, mesmo assim, *três* mulheres saíram candidatas ao cargo principal.

Como é possível continuar escrevendo História Política?

A situação só pode ser explicada a partir da tradição, da cultura de Ivoti, internalizada ao longo dos últimos 180 anos de história do lugar. Comunidade originária de camponeses pequenos proprietários, vivendo numa situação de assimetrias sociais *relativamente* pequenas no decorrer de sua história, com homens, mulheres e filhos envolvidos de igual para igual no sustento das famílias, ali não se conheceu nem a maldade de massacrar pessoas que pensavam diferente (a oposição política) e as mulheres sempre tiveram papel importante nas decisões em todos os âmbitos da vida. Por que passaria pela cabeça de alguém a idéia de estranhar que três delas se candidatassem ao cargo de prefeitas – da mesma forma que ninguém estranhará se na próxima eleição forem novamente três homens?

Não muito distante de Ivoti, mas mais encravado na serra e, portanto, *aparentando* ser ainda mais “fechado”, encontra-se Santa Maria do Herval. Em 20 de outubro de 2002, o jornal *Zero Hora* publicou uma reportagem sobre esse lugar motivada pelo resultado das eleições estaduais daquele mês. Segundo o repórter, não havia nas zonas rural e urbana do município qualquer sinal de campanha eleitoral: não havia faixas, postes lambuzados, pichações – nada. Mas a conversa com os cidadãos revelou seu profundo envolvimento no processo eleitoral: tinham opiniões muito claras sobre seu voto, sobre as razões de votar nos candidatos “A” ou “B”, sobre a imperiosa necessidade de comparecer às urnas. E esse discurso fora confirmado pelos dados estatísticos – Santa Maria do Herval havia sido o município com a *menor* abstenção eleitoral em todo o estado. Em 2003, a ONU atestou ao mesmo município a condição de primeiro lugar, *em todo o Brasil*, no item distribuição de renda. Esse novo dado conferia ao pequeno e aparentemente acanhado, isolado município a condição *objetiva* de um dos mais modernos do país.

Isso mostra mais uma vez que uma história política escrita com critérios tradicionais de mobilização, de avaliação dos

discursos pelo seu conteúdo explícito, de classificação por tendências ideológicas, pode não conduzir àquilo que é essencial no conteúdo da política de um lugar ou de uma região nem àquilo que é essencial na forma de fazê-la. Somente uma análise das condutas de vida dos cidadãos, das suas vivências, combinadas com a situação socioeconômica do conjunto da população fornece uma explicação mais consistente.

Nas últimas eleições estaduais (2002) a distância entre os percentuais dos votos recebidos por Tarso Genro (PT) e por Germano Rigotto (PMDB), no segundo turno, ficou em apenas 0,4 pontos no conjunto dos 20 municípios que compõem a Grande Santa Rosa, no extremo oeste do estado. Isso significa um empate perfeito, denota uma distribuição absolutamente equitativa do eleitorado pelo espectro político e sugere uma concentração do eleitorado em torno do “centro” político. Uma explicação consistente desse fenômeno deverá recorrer a muitos fatores, mas entre eles, com certeza, não poderá ser omitida a configuração religiosa da região. Desde o início do século XX, quando começou a colonização, uma das características marcantes foi o enorme pluralismo religioso. Como a religião é – em tese – a instância mais importante da vida das pessoas, pois ela não só define a vida aqui e agora, mas a própria eternidade, a necessidade das pessoas de conviver cotidianamente com o pluralismo religioso e a conseqüente tolerância, já que se é obrigado a conviver de forma minimamente harmônica com o vizinho que pertence a uma outra confissão religiosa, configura a mentalidade das pessoas de tal forma que, para elas, a tolerância política também se torna algo natural, inquestionável.

Às vezes, isso se torna difícil de ser entendido pelo senso comum. Nesse sentido, assisti, no início de 2006, a um programa de fofocas numa televisão do Rio de Janeiro que ilustra a situação. Estava sendo entrevistada uma modelo natural de Santa Rosa a respeito de supostas declarações escandalosas que havia feito a

uma revista. Entre essas declarações, estava a de que adora praticar seu esporte preferido em meio às plantações de soja que são abundantes no entorno da cidade. Os entrevistadores manifestaram temor por aquilo que poderia acontecer à jovem quando retornasse a Santa Rosa. Como se trata de uma cidade pequena e interiorana – por isso, evidentemente conservadora para os entrevistadores –, manifestaram o temor de que o padre poderia desencadear uma campanha que inviabilizaria sua vida na localidade. A moça riu e disse que não tinha qualquer receio do padre. Os entrevistadores não sabiam e a moça não tem qualquer consciência de que, desde a fundação de Santa Rosa, o padre católico é obrigado a concorrer, de igual para igual, pelo poder político-religioso local com, no mínimo, uma dúzia de clérigos de outras confissões religiosas. E, por isso, o medo que as pessoas têm do padre é infinitamente menor do que numa localidade em que vigora o monolitismo religioso.

É importante destacar aqui que boa parte das confissões religiosas e dos pastores de Santa Rosa não é exatamente liberal ou permissiva – até, pelo contrário. Mas a configuração religiosa local fez com que a situação seja – à revelia das vontades subjetivas – bastante tolerante. Conhecemos essa situação. Quando diziam a Weber que Calvino era um ideólogo da burguesia, ele protestava de forma veemente e insistia que era apenas um teólogo, que havia mirado no céu, mas, como resultado não previsto nem intentado de sua ação, acabou acertando no capitalismo aqui na terra mesmo.

Nas referências ao comportamento político-eleitoral das populações de origem alemã do Rio Grande do Sul costuma ser destacada a tendência conservadora, supostamente evidenciada, ao menos no período pós-1945, por uma certa debilidade do PTB e uma certa força do PRP. Uma análise estatística mostra que essa não é uma tendência linear e absoluta, mas, mesmo que fosse, essa não é toda a verdade. Nas eleições estaduais de 2002, o

município de Arroio do Padre, típico de colonização alemã, desmembrado de Pelotas, apresentou o maior percentual de votos a favor de Germano Rigotto.⁹ Ainda que seja evidente que nem todos os votos dados a Rigotto foram produto de mentes conservadoras, não há dúvida de que os eleitores de Tarso Genro consideraram-se mais à esquerda, mais democráticos, mais próximos das aspirações populares. Mas exatamente nesse sentido, *Zero Hora* de 24 de abril de 2006 publicou uma reportagem de duas páginas sobre uma pesquisa feita pela Confederação Nacional dos Municípios classificando todos os municípios brasileiros de acordo com sua “capacidade de equilibrar uma equação delicada: manter as contas em dia e oferecer educação, saúde e melhorias estruturais aos moradores”. Para nossos propósitos, importa a informação de que o supostamente conservador Arroio do Padre classificou-se em 14º lugar, *para todo o Brasil*, dado que evidentemente torna necessário repensar e nuançar o suposto caráter politicamente conservador da situação no município, pois muitos municípios com governos pertencentes a outros quadrantes políticos ficaram muito distantes dessa posição.

Nesse mesmo sentido, cabe resgatar o passado mais distante. Na década de 1980, prévias eleitorais e orçamento participativo foram apresentados como elementos-chave de uma política democrática e participativa. Nos principais municípios de colonização alemã, essas *práticas* – mesmo que, evidentemente, não atendessem por esses nomes – eram corriqueiras na década de 1920, como mostrei em meu livro *O aviador e o carroceiro*. Claro, a grande diferença está no fato de que nos anos 1980 elas decorrem de uma elaboração teórica sobre as vantagens da participação popular, da necessidade de mudar ou aperfeiçoar a democracia representativa. Na década de 1920 – da mesma forma que em 2004 ninguém recorreu a argumentos feministas para lançar as mulheres como candidatas em Ivoti –, ninguém teorizou sobre a prática das prévias ou do orçamento, essas coisas simplesmente aconteciam,

Como é possível continuar escrevendo História Política?

porque faziam parte das vivências e das convivências da população, enfim, da sua cultura, não só, e talvez nem tanto, das vivências com instituições políticas, mas sim das vivências em suas instituições religiosas, educacionais, recreativas.¹⁰

Jürgen Kocka escreveu que a motivação dos historiadores que desencadearam, na década de 1970, o movimento da “Ciência Social Histórica” veio da convicção de que “a História não se esgota naquilo que as pessoas intentam, e que o que interessa é compreender os processos e as estruturas que não estavam presentes nas motivações, nas concepções e nas vivências dos contemporâneos, mas que foram importantes como condicionantes e conseqüências de vivências e ações” (Kocka, 2001, p. 161).

Recebido em 29/06/2006.

Autor convidado.

How is it possible to write Political History today?

Abstract: This article emphasizes some aspects of the confrontation between the German “Historical Social Science”, and the New Cultural History. In a second moment, there are presented some examples of political history in which it seems to be useful to apply principles of the “Historical Social Science”.

Keywords: Historical Social Science - New Cultural History - Political History.

Notas

¹ Algumas avaliações e reavaliações dessa tendência historiográfica podem ser vistas em Welskopp (1998); Kocka (2000); Kocka (2001).

² Hans-Ulrich Wehler escreveu que “na Alemanha essa controvérsia [entre a Ciência Social Histórica e a (Nova) História Cultural], no fundo, só se desenrola de uma dúzia de anos para cá, já que – na comparação com os avanços na França, nos Estados Unidos e na Inglaterra, mais antigos – havia e continua havendo uma certa imunização contra grandes demandas de mudança”. “Essa imunização tem a ver com a tradição hermenêutica e a orientação em teorias presentes na Ciência Histórica alemã” (Wehler, 2001, p. 64).

³ Cabe lembrar que justamente nos anos 1970 – quando na Alemanha constituía-se o grupo da “Ciência Social Histórica” – desencadeou-se no Brasil um intenso debate sobre a relação entre Sociedade e Estado em nosso país. Cf. Reis (1974); Cerqueira e Boschi (1977).

⁴ Sobre a valorização de Max Weber para a História, cf. Kocka (1986).

⁵ Sobre as concepções de História Universal em Weber, cf. o capítulo “Universalgeschichtliches und politisches Denken” (Pensamento histórico-universal e político), em Mommsen (1974, p. 97-143).

⁶ Iggers, 1993; Sieder, 1994; Dülmen, 1995; Kaschuba, 1995; Mergel, 1996; Kittsteiner, 1997.

⁷ Iggers, 1993; Sieder, 1994; Dülmen, 1995; Kaschuba, 1995; Mergel, 1996; Kittsteiner, 1997.

⁸ Para evitar erros cometidos por alguns autores, cabe destacar que Abbott não era descendente de alemães. Seus antepassados eram ingleses que tinham vindo da Bahia para o Rio Grande do Sul.

⁹ Em contrapartida, em Cerro Largo, um município tão típico de colonização alemã quanto Arroio do Padre, o espectro político localizado mais à esquerda vem registrando os mais altos índices de votação do estado há muitos anos.

¹⁰ Outro dado interessante: enquanto nas eleições municipais de 1928, na Capital, 4% da população participaram do processo, em alguns municípios de colonização alemã esse índice chegou próximo aos 40%.

Referências

CERQUEIRA, Eli Diniz; BOSCHI, Renato Raul. Estado e Sociedade no Brasil: uma revisão crítica. *BIB* (Boletim Informativo e Bibliográfico de Ciências Sociais), Rio de Janeiro: IUPERJ, n. 1, p. 12-31, 1977 (anexo à revista *Dados*, Rio de Janeiro: IUPERJ, n. 15, 1977).

DANIEL, Ute. Kultur und Gesellschaft. Überlegungen zum Gegenstandsbereich de Sozialgeschichte. *Geschichte und Gesellschaft*, Göttingen: Vandenhoeck und Ruprecht, ano 19, n. 1, p. 69-99, 1993.

DÜLMEN, Richard von. Historische Kulturforschung zur Frühen Neuzeit: Entwicklungen – Probleme – Aufgaben. *Geschichte und Gesellschaft*, Göttingen: Vandenhoeck und Ruprecht, ano 21, n. 3, p. 403-429, 1995.

GERTZ, René E. História política. *Logos*, Canoas: ULBRA, v. 11, n. 1, p. 13-23, 1999.

Como é possível continuar escrevendo História Política?

- IGGERS, George G. *Geschichtswissenschaft im 20. Jahrhundert*. Göttingen: Vandenhoeck und Ruprecht, 1993.
- JAEGER, Friedrich. Der Kulturbegriff im Werk Max Webers und seine Bedeutung für eine moderne Kulturgeschichte. *Geschichte und Gesellschaft*, Göttingen: Vandenhoeck und Ruprecht, ano 18, n. 3, p. 371-393, 1992.
- KAELBLE, Hartmut. Sozialgeschichte in Frankreich und der Bundesrepublik: Annales gegen Historische Sozialwissenschaft? *Geschichte und Gesellschaft*, Göttingen: Vandenhoeck und Ruprecht, ano 13, n. 1, p. 77-93, 1987.
- KASCHUBA, Wolfgang. Kulturalismus: Kultur statt Gesellschaft? *Geschichte und Gesellschaft*, Göttingen: Vandenhoeck und Ruprecht, ano 21, n. 1, p. 80-95, 1995.
- KITTSTEINER, H. D. Was heisst und zu welchem Zweck studiert man Kulturgeschichte? *Geschichte und Gesellschaft*, Göttingen: Vandenhoeck und Ruprecht, ano 23, n. 1, p. 5-27, 1997.
- KOCKA, Jürgen (ed.). *Max Weber, der Historiker*. Göttingen: Vandenhoeck und Ruprecht, 1986.
- KOCKA, Jürgen. Perspektiven für die Sozialgeschichte der neunziger Jahre. In: SCHULZE, Winfried (ed.). *Sozialgeschichte, Alltagsgeschichte, Mikro-Historie*. Göttingen: Vandenhoeck und Ruprecht, 1994. p. 3-39.
- _____. Historische Sozialwissenschaft heute. In: NOLTE, Paul et al. (eds.). *Perspektiven der Gesellschaftsgeschichte*. München: Beck, 2000. p. 5-24.
- _____. *Interventionen: der Historiker in der öffentlichen Verantwortung*. Göttingen: Vandenhoeck und Ruprecht, 2001.
- LANGEWIESCHE, Dieter. Sozialgeschichte und Politische Geschichte. In: SCHIEDER, Wolfgang; SELLIN, Volker (eds.). *Sozialgeschichte in Deutschland*. Göttingen: Vandenhoeck und Ruprecht, 1986. v. 1, p. 9-32.
- LIPP, Carola. Politische Kultur oder das Politische in der Kultur. In: HARDTWIG, Wolfgang; WEHLER, Hans-Ulrich (eds.). *Kulturgeschichte heute*. Göttingen: Vandenhoeck und Ruprecht, 1996. p. 78-110.
- _____. Kulturgeschichte und Gesellschaftsgeschichte – Missverständnis oder glückliche Verbindung? In: NOLTE, Paul et al. (eds.). *Perspektiven der Gesellschaftsgeschichte*. München: Beck, 2000. p. 25-35.
- MERGEL, Thomas. Kulturgeschichte – die neue “grosse Erzählung”? In: HARDTWIG, Wolfgang; WEHLER, Hans-Ulrich (eds.). *Kulturgeschichte heute*. Göttingen: Vandenhoeck und Ruprecht, 1996. p. 41-77.

René E. Gertz

MERGEL, Thomas; WELSKOPP, Thomas (eds.). *Geschichte zwischen Kultur und Gesellschaft*. München: Beck, 1997.

MERGEL, Thomas. Algumas considerações a favor de uma História Cultural da Política. *História – Unisinos*, São Leopoldo: UNISINOS, v. 7, n. 8, p. 11-55, 2003.

MOMMSEN, Wolfgang. *Max Weber, Gesellschaft, Politik und Geschichte*. Frankfurt/M: Suhrkamp, 1974.

MOMMSEN, Wolfgang J.; SCHWENKTNER, Wolfgang (eds.). *Max Weber und seine Zeitgenossen*. Göttingen: Vandenhoeck und Ruprecht, 1988.

OEXLE, Otto Gerhard. Geschichte als Historische Kulturwissenschaft. In: HARDTWIG, Wolfgang; WEHLER, Hans-Ulrich (eds.). *Kulturgeschichte heute*. Göttingen: Vandenhoeck und Ruprecht, 1996. p. 14-40.

REIS, Fábio Wanderley. Brasil: “Estado e Sociedade” em perspectiva. *Cadernos do DCP*, Belo Horizonte: UFMG, n. 2, p. 35-74, 1974.

SCHIEDER, Wolfgang. Sozialgeschichte zwischen Soziologie und Geschichte. *Geschichte und Gesellschaft*, Göttingen: Vandenhoeck und Ruprecht, ano 13, n. 2, p. 244-266, 1987.

SELLIN, Volker. História das Mentalidades e História Social. *Revista do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas*, Porto Alegre: UFRGS, v. 14, p. 39-48, 1990.

SIEDER, Reinhard. Sozialgeschichte auf dem Weg zu einer historischen Kulturwissenschaft? *Geschichte und Gesellschaft*, Göttingen: Vandenhoeck und Ruprecht, ano 20, n. 3, p. 445-468, 1994.

SUTER, Andreas; HETTING, Manfred (eds.). *Struktur und Ereignis*. Göttingen: Vandenhoeck und Ruprecht, 2001.

WEHLER, Hans-Ulrich. Sozialgeschichte und Gesellschaftsgeschichte. In: SCHIEDER, Wolfgang; SELLIN, Volker (eds.). *Sozialgeschichte in Deutschland*. Göttingen: Vandenhoeck und Ruprecht, 1986. p. 33-52.

WEHLER, Hans-Ulrich. *Die Herausforderung der Kulturgeschichte*. München: Beck, 1998.

_____. *Historisches Denken am Ende des 20. Jahrhunderts*. Essen: Wallenstein Verlag, 2001.

WELSKOPP, Thomas. Die Sozialgeschichte der Väter. Grenzen und Perspektiven der Historischen Sozialwissenschaft. *Geschichte und Gesellschaft*, Göttingen: Vandenhoeck und Ruprecht, ano 24, n. 2, p. 173-198, 1998.

Anos 90, Porto Alegre, v. 13, n. 23/24, p.105-131, jan./dez. 2006